

A ARGUMENTATIVIDADE NO GÊNERO ACADÊMICO ARTIGO CIENTÍFICO: UM ESTUDO DESCRITIVO

Clécida Maria Bezerra Bessa (UFERSA /UFPB)
clecidabbessa@hotmail.com

Introdução

Neste trabalho investigamos de forma descritiva as características semântico-argumentativas que se presentificam no gênero textual acadêmico artigo científico. Para isso, delimitamos como objetivo analisar como o arazoado por autoridade, atuando em conjunto com os modalizadores discursivos, funcionando como estratégia argumentativa no gênero em estudo.

Para tanto, adotamos como suporte teórico a Teoria da Argumentação na Língua, criada por Ducrot (1988) e colaboradores, que estuda a argumentação na estrutura da língua; os estudos da Modalização, apresentados por Castilho e Castilho (1993), Nascimento (2009), Nascimento e Silva (2012), entre outros; como também a concepção de gêneros discursivos, indicada por Bakhtin (2000).

Nesse contexto, vale ressaltar que esse estudo é parte do *corpus* de pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Linguística - PROLING e está interligado ao projeto “Estudos Semânticos-Argumentativos de Gêneros do Discurso: gêneros acadêmicos e formulaicos (ESADG)”, executado no Laboratório Semântico-Pragmático de Textos (LASPRAT), da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

A organização metodológica desse trabalho é de natureza descritiva (já que nos propomos a descrever duas estruturas semântico-argumentativas do gênero estudado, a estratégia polifônica do arazoado por autoridade e os modalizadores discursivos) e interpretativista (pois analisamos o funcionamento das duas estruturas semântico-argumentativas descritas, nos enunciados em que aparecem).

Como nos propomos a descrever estratégias e interpretar a descrição do funcionamento linguístico-discursivo (tomando por base as citações em estilo direto), fazemos uso do método de pesquisa qualitativa.

O *corpus* aqui apresentado é constituído por cinco (5) artigos científicos, coletados de cinco (5) periódicos com *Qualis A*, da área de Ciências Humanas e Sociais, a saber: Caderno CRH, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Brasileira de Políticas Internacionais, Horizonte e Revista Brasileira de História.

Para constituirmos um critério de análise, realizamos um recorte das evidências de modalizações que atuam em conjunto com a polifonia de locutores. E por questão de espaço abordaremos, neste artigo, apenas alguns recortes e suas respectivas análises.

Ao final das análises, apresentaremos uma discussão a respeito das ocorrências dos elementos modalizadores que atuam em conjunto com o arazoado por autoridade identificados no decorrer do nosso trabalho.

1. A Teoria da Argumentação na Língua

A Teoria da Argumentação na Língua foi criada por Ducrot (1988) e Ducrot e colaboradores (1994) e tem como essência a compreensão de que a argumentação está presente na estrutura da língua. Para justificar essa compreensão, Ducrot e colaboradores partiram de uma crítica à concepção tradicional de sentido.

De acordo com Ducrot (1988), a concepção tradicional de sentido considera que um enunciado possui três indicações de sentido, a saber: objetivas – que tem a função de

descrever a realidade, subjetivas – que mostram a intenção do falante, e intersubjetivas – que evidenciam o resultado ocasionado pelo falante nos interlocutores.

Para esclarecer a crítica a essa noção, analisemos o seguinte exemplo:

Exemplo 1:

Ricardo é corajoso.

Considerando esse enunciado, na concepção tradicional, teríamos a indicação objetiva, a descrição da realidade de Ricardo, qual seja a descrição de que ele é corajoso; a subjetiva, a intenção do falante em demonstrar à admiração por Ricardo e a intersubjetiva, onde o falante espera que o interlocutor confie em Ricardo, por exemplo.

A análise acima não se sustenta, considerando o posicionamento de Ducrot (1988), pois se a realidade é descrita por meio da linguagem, essa descrição acontece por intermédio tanto dos aspectos subjetivos, como dos intersubjetivos. E é exatamente a junção dos aspectos subjetivos e intersubjetivos que faz com que Ducrot os considere como valor argumentativo dos enunciados.

Para compreender a Teoria da Argumentação na Língua é importante conhecer alguns conceitos básicos dessa teoria, a saber: conceitos de enunciado, sentido, enunciação, frase, discurso.

A professora Espíndola, pesquisadora sobre a Teoria da Argumentação na Língua, conforme Anscombre e Ducrot, realizou muito bem as seguintes observações sobre esses conceitos:

[...] a *língua* é um conjunto de frases que serve para construir discursos e o *discurso* é o encadeamento de enunciados – definição linguística. A *frase*, por sua vez, é uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados (é uma entidade teórica). Por outro lado, o *enunciado* é uma das ocorrências da frase – é a manifestação, “na superfície”, da estrutura profunda que é a frase. Se a frase é uma entidade teórica, por extensão, a *significação* também será, uma vez que esta é o valor semântico da frase, constituindo em um conjunto de instruções diretivas que permitem interpretar os enunciados da frase. Por outro lado, o *sentido* de um enunciado é a descrição que se faz da sua *enunciação* – acontecimento histórico (e portanto, único), que consiste na aparição de um enunciado. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 17 – Grifos da autora).

Ducrot (1987) ainda questiona a unicidade do sujeito falante e prova que um enunciado pode ser perpassado por mais de uma voz. Para Ducrot, o autor de um enunciado para se expressar coloca em cena um determinado número de personagens e o sentido do enunciado surge exatamente do confronto desses personagens.

Assim, o sujeito da fala assume funções que são caracterizadas por Ducrot e denominadas de: sujeito empírico (que produz o enunciado), locutor (responsável pelo enunciado) e enunciador (pontos de vista que se apresentam nos enunciados).

Ao constatar a presença de vários personagens em um enunciado, Ducrot constatou duas formas de polifonia existentes nos enunciados: a Polifonia de Enunciadores (quando há mais de um enunciador – ponto de vista no enunciado de um locutor) e a Polifonia de Locutores (quando há locutores distintos em mesmo enunciado). Em razão do nosso objeto de estudo abordaremos neste trabalho somente a Polifonia de Locutores.

A Polifonia de Locutores, conforme Ducrot (1987), é encontrada no discurso relatado, em que se pode observar, no mínimo, a exposição dois locutores diferentes.

Vejamos o exemplo abaixo para compreendermos melhor:

Exemplo 2:

Ana me disse: Eu não participarei do evento.

Podemos identificar no enunciado, a Polifonia de Locutores – presença de mais de um locutor. Isto fica evidenciado através das marcas linguísticas pronominais “me” e “eu”. Notamos que a marca pronominal “me” é reveladora do locutor responsável por todo o enunciado, o Locutor 1 – L1 = “Ana me disse: Eu não participarei do evento”. Já a marca “eu” evidencia a presença do outro locutor, Ana, Locutor 2 – L2, responsável pelo segmento relatado: “Eu não participarei do evento”.

De acordo com Ducrot existem dois tipos de argumento por autoridade: a autoridade polifônica (pertencente à polifonia de enunciadores) e o arrazoado por autoridade (pertencente à polifonia de locutores). Abordaremos, neste trabalho, apenas o arrazoado por autoridade.

Para explicar o arrazoado por autoridade Ducrot (1987) afirma que este é constituído por duas etapas, a saber:

1º O locutor responsável pelo enunciado, L1, apresenta o outro locutor, L2, identificando-se com ele.

2º L1 garante que L2 se constitui autoridade para seu discurso, assim, L2 se constitui como prova do que está sendo dito por L1.

Assim, o arrazoado por autoridade consiste na apresentação do enunciado em que o locutor responsável pelo enunciado – L1 traz a voz de um segundo locutor – L2 para que lhe sirva de argumento.

Vejamos no trecho abaixo, retirado do *corpus* deste trabalho, um exemplo de arrazoado por autoridade:

A2T4

Além da *experiência* que lhe possibilitou a passagem da conversão, a *estratégia* assumida por Freire é também cristã: a prática do *testemunho* aparece como sua maneira de evangelizar, de anunciar a boa nova. “O testemunho, na teoria dialógica da ação, é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico da revolução” (2005, p. 203) e, sendo “ousado e amoroso, serve à organização” (*Idem*, p.204).

Neste exemplo, observamos, o desdobramento de locutores, a presença da voz do locutor responsável por todo o enunciado – Pesquisador que escreve sobre a teoria de Paulo Freire - L1 e a voz de Paulo Freire – L2, a voz relatada em estilo direto através da citação.

No exemplo supracitado, o locutor responsável pelo enunciado – L1, para abordar uma discussão acerca da problemática do fatalismo na ótica freireana, traz para o seu discurso a voz de Paulo Freire – L2, uma autoridade reconhecida academicamente neste assunto. Ao utilizar essa estratégia na organização do seu enunciado, L1, apresenta a voz de uma autoridade sobre o assunto como prova para o seu dizer.

A seguir, abordaremos uma breve discussão acerca da modalização.

2. A Teoria da Modalização

A modalização é compreendida neste trabalho “[...] como um ato de fala particular que permite ao locutor, além de deixar marcas de suas intenções, agir em função do seu interlocutor” (NASCIMENTO E SILVA, 2012, p. 63). Em outras palavras, a modalização

esclarece como um locutor imprime no seu discurso as marcas de subjetividade por meio de elementos linguísticos, deixando registrado como o discurso deve ser lido/compreendido.

Observamos que, na Teoria da Modalização, alguns autores utilizam o termo modalidade enquanto outros se valem da terminologia modalização. Usaremos no nosso trabalho, embasados em Castilho e Castilho (1993) e em Nascimento (2009), as duas nomenclaturas sem distinções.

Castilho e Castilho (1993) dividiram os modalizadores – elementos linguísticos responsáveis pela materialização da modalização – em três tipos: Modalização Epistêmica; Modalização Deontica e Modalização Afetiva.

Retomando essa classificação, Nascimento (2009) a sistematizou da seguinte maneira: Modalização Epistêmica; Modalização Deontica e Modalização Avaliativa.

Nascimento e Silva (2012), em obra organizada por Nascimento intitulada *A Argumentação na Redação Comercial e Oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos*, partindo das subdivisões anteriores sumarizaram os tipos de modalização, conforme quadro a seguir:

Tipo de Modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade ou conhecimento	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro
	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro
	Habilitativa	Expressa a capacidade de algo ou alguém realizar o conteúdo do enunciado
Deontica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, proibitivo, volitivo ou de obrigatoriedade	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista	Volitiva	Expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra
		Expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deontico ou epistêmico
Delimitadora		Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado

(NASCIMENTO e SILVA, 2012, p. 93)

Observamos que em todos os tipos de modalização é possível verificar um julgamento do falante em relação à proposição considerando o interlocutor. Julgamentos esses que podem ser definidos considerando as seguintes especificidades:

Deontica	Posicionamento acerca da obrigatoriedade
Epistêmica	Posicionamento do valor de verdade ou de certeza
Avaliativa	Julgamento apreciativo, que não é de natureza deontica nem epistêmica
Habilitativa	Julgamento que apresenta delimitações

Assim, podemos constatar que a modalização é uma ação argumentativa que se organiza considerando o falante, o conteúdo veiculado/modalizado e o interlocutor.

“Um dos elementos linguísticos que podem assumir, discursivamente a função de modalizadores, são os verbos. De maneira especial, os verbos *dicendi* exercem essa função, em concomitância com a polifonia de locutores”(NASCIMENTO, 2009, p. 49 – Grifos do autor).

Além de iniciar as discussões acerca dos verbos *dicendi* como elementos discursivos que podem assumir a função de modalizadores concomitantemente com a polifonia de locutores Nascimento (2009) mostra que esses verbos assumem duas funções distintas: “[...] a primeira é apresentar o discurso de um segundo locutor (L2), a segunda é indicar como o locutor responsável pelo discurso (L1) quer que o discurso desse locutor seja lido” (p. 50).

Em razão disso, o autor classificou os verbos *dicendi* em não-modalizadores(primeiro grupo) e modalizadores (segundo grupo).

“Os verbos *dicendi* de primeiro grupo, não-modalizadores, são aqueles que, por natureza apresentam o discurso de um L2 (segundo locutor) sem deixar marcas ou avaliação do locutor que o apresenta (L1)” (NASCIMENTO, 2009, p. 54).

Já os verbos *dicendi* de segundo grupo, modalizadores, são “[...] aqueles que além de apresentarem o discurso de um locutor (L2) assinalam uma avaliação, modalização, ou direção desse discurso pelo locutor que o apresenta (L1)” (NASCIMENTO, 2009, p. 55).

Vejamos os exemplos a seguir para melhor compreendermos:

Exemplo 3:

O aluno **disse** ao professor: “Não entregarei a tarefa”.

Notamos no exemplo acima, que L1 ao fazer uso do verbo *dicendi* “dizer” (verbo não-modalizador) para apresentar o discurso de um segundo locutor – L2, apresenta também a ação verbal atingida pelo mesmo locutor que se refere a uma fala que pode relacionar pergunta, resposta.

Observamos que, embora neste caso haja uma evidência de afastamento de L1 com relação ao discurso de L2, há também uma certa interpretação/orientação desse discurso, dizendo que L2 realizou uma ação de fala de pergunta/resposta.

Exemplo 4:

O aluno **protestou** contra a ordem do professor: “Não entregarei a tarefa”.

Observamos no exemplo supracitado, que L1 ao fazer uso do verbo “protestar”(verbo modalizador) oferta possibilidades de duas leituras a partir do verbo. A primeira seria que o aluno disse “Não entregarei a tarefa”. A segunda seria que o aluno ao dizer essa frase realiza um protesto “Não entregarei a tarefa”, ou seja, o aluno realiza uma ação de demonstração de repulsa a ordem dada pelo professor “Não entregarei a tarefa”.

Com isso, é possível perceber que a orientação ofertada por L1 ao discurso de L2 através do verbo *dicendi* protestar (verbo modalizador) é de um protesto. É a presença desse verbo que marca linguisticamente a leitura do discurso do aluno como um protesto.

Como pudemos constatar nos dois exemplos supramencionados (exemplos 3 e 4) os verbos *dicendi* funcionam como demarcadores discursivos que indicam como o locutor responsável - L1 pelo enunciado orienta a leitura do discurso de um segundo locutor – L2.

Nascimento (2009, p. 56) assinala ainda, a existência de outros recursos linguísticos como é o caso das nominalizações dos verbos *dicendi*, para que o locutor responsável pelo discurso – L1 possa introduzir outros locutores no seu discurso. Vejamos o exemplo, para melhor entendimento:

Exemplo 5:

Foi esse o **protesto** do aluno: “Não entregarei a tarefa”

Neste exemplo fica evidente que, o locutor responsável pelo enunciado, o professor - L1, introduziu o discurso do segundo locutor, o aluno – L2 não por um verbo modalizador, mas pela nominalização do verbo *dicendi* “protestar” (verbo *dicendi* modalizador – segundo grupo) através do substantivo “protesto”.

Logo, o termo “protesto”, a nominalização do verbo *dicendi* “protestar” também funciona como modalizador do discurso de L2. Com a expressão substantiva “protesto” L1 apresenta o discurso de L2 como uma ação de protesto realizada pelo aluno.

O autor supracitado ainda observou que, os verbos *dicendi* modalizadores podem ser tanto de natureza epistêmica (que veicula o grau de certeza do enunciado), como avaliativa (que veicula julgamento apreciativo, que não é de natureza deôntica nem epistêmica).

Vejamos, a seguir, como as evidências sobre modalização acontecem no gênero textual artigo acadêmico, mas antes dialogaremos um pouco acerca do gênero textual artigo acadêmico.

3. O Gênero textual Artigo Científico

Já que o *corpus* da nossa pesquisa é constituído pelo gênero discursivo/textual acadêmico Artigo Científico, achamos por bem refletir acerca da caracterização deste gênero. Para isso começamos por buscar compreender o que é um gênero.

Considerando que os estudos bakhtinianos se constituem uma das pedras angulares no que se refere ao estudo dos gêneros¹, buscamos em Bakhtin compreender o que é um gênero discursivo.

Para o filósofo:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis*, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 1997, p. 279- Grifos do autor).

Quando este filósofo da linguagem aborda a questão dos gêneros, uma das ideias iniciais apresentadas por ele é que os enunciados², são frutos das ações humanas e que por isso presumem as condições, concepções e intenções das esferas de comunicação através do conteúdo, estilo e composição. Essa posição do autor estabelece uma relação de intimidade e interdependência das ações humanas com a produção dos gêneros. É por isso que, acerca

¹ Ressalvamos que as raízes dos estudos sobre gêneros se encontram em Platão e Aristóteles. Ambos apontaram para os gêneros de caráter literário. Platão preocupou-se em distinguir as três modalidades de expressão artística: a tragédia, a épica e a lírica. Já Aristóteles, além de contemplar além de distinguir epopeia, tragédia e comédia, preocupou-se também com os gêneros do discurso retórico: o deliberativo, o judiciário e o epidítico, fazendo uma relação da existência de autor, ouvinte e gênero.

² Ressalvamos que o conceito de *enunciado* apresentado por Bakhtin/Volochinov (1995) é bem diferente do conceito de *enunciado* defendido por Ducrot (1988). Enquanto que para Ducrot (1988) o *enunciado* está relacionado à manifestação de uma frase e *discurso* a uma sucessão de *enunciados*, para Bakhtin/Volochinov (1995) *enunciado* está relacionado ao conceito de texto, enquanto ato de interação verbal, onde todo discurso, seja ele oral ou escrito se constitui em *enunciado* e *diálogo* se refere às relações dialógicas.

dessa questão, Marcuschi destaca: “Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (2010, p.19).

Isso é revelador do fato de que precisamos nos valer dos gêneros em todas as nossas situações de interação. E como são incontáveis as nossas situações de interação, assim também são os gêneros. “A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gênero do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa” (BAKHTIN, 1997, p. 279).

O gênero discursivo/textual acadêmico Artigo Científico se constitui em um gênero de natureza acadêmica que tem o intuito de divulgar os conhecimentos produzidos em pesquisas desenvolvidas no âmbito dos laboratórios e universidades. Esse gênero é produzido por pesquisadores e é destinado, geralmente, para outros pesquisadores da mesma área ou que tenham interesse pela pesquisa divulgada.

A prática de produzir Artigos Científicos, de acordo com Cortes (2009, p. 58) embasada em Swales, surgiu em 1665, juntamente com o primeiro periódico científico, o *The Philosophical Transactions of the Royal Society*.

Para definir o que é um artigo acadêmico, Motta-Roth e Hendges afirmam que:

O artigo é um texto, de aproximadamente 10 mil palavras, produzido com o objetivo de publicar em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa desenvolvida sobre um tema específico. Esse gênero serve como uma via de comunicação entre pesquisadores, profissionais, professores e alunos de graduação e pós-graduação (2010, p. 65).

Este gênero é possuidor de uma estrutura textual relativamente adaptada e regulada pelo âmbito acadêmico. É por isso que Markoni e Lakatos afirmam que “O artigo científico tem a mesma estrutura orgânica exigida para trabalhos científicos” (2011, p. 84). Inclusive, vale ressaltarmos que esse gênero é normatizado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para trabalhos acadêmicos através da NBR 6022, de maio de 2003, norma que determina sobre artigo em publicação periódica impressa. Esta norma apresenta o seguinte conceito: “Parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”(2003, p. 03).

Para explicar o que é um artigo científico, Teixeira diz: “Os artigos científicos podem apresentar o resultado de uma pesquisa bibliográfica (Artigo de Revisão teórica), o resultado de uma pesquisa de campo (Artigo de Resultado de Pesquisa) e podem ainda expressar a descrição de uma experiência vivida (Artigo de Relato de Experiência)” (2005, p. 42 – Grifos dos autores).

Xavier ressalva que: “Ele é o mais legítimo dos documentos para anunciar resultados de estudos concluídos e a principal arena para contestações a teorias e conclusões de pesquisas propostas em outros trabalhos” (2012, p.104).

Geralmente, os artigos científicos são produzidos para serem publicados em revistas e periódicos especializados, comumente editados em versões impressas ou digitais, direcionados por entidades científicas e acadêmicas. São essas publicações que geram circulação e divulgação das ideias apresentadas nos artigos, garantindo visibilidade das pesquisas por interessados na pesquisa e pela sociedade. Ainda conforme Xavier, “Só depois de publicado em uma revista ou jornal científico de renome acadêmico é que o artigo sobre uma nova teoria ganha credibilidade dos pares e respeito da sociedade em geral”(2012, p. 104).

Em síntese, para situarmos o nosso objeto de análise, o gênero textual artigo científico, podemos dizer que se constitui em um gênero que se origina e circula no domínio discursivo acadêmico e científico; tem como propósito comunicativo publicar e divulgar resultados de ideias e pesquisas; direciona-se a um público específico, pesquisadores e interessados nas ideias das pesquisas; como também, propicia o surgimento de novos gêneros no universo acadêmico e científico.

4. Análises – A modalização em parceria com o arrazoadado por autoridade

A seguir articulamos sobre algumas estratégias discursivas argumentativas que se presentificam nos enunciados dos artigos científicos, dentre elas, consideramos as ocasiões em que o locutor responsável pelo discurso – L1 apresenta voz (es) de outro (s) locutor (es) – L2, L3, L4 etc. assumindo os mais distintas posicionamentos com relação ao discurso desses locutores.

No gênero acadêmico artigo científico pudemos constatar que sempre que o L1 se utiliza da polifonia de locutores, a faz com o intuito de dar embasamento ao seu discurso por meio do arrazoadado por autoridade, apresentando esse alicerce por meio do uso das citações.

Esse comprometimento é revelado com o uso da voz outro para fundamentação do discurso de L1. Mesmo quando o locutor faz uso do estilo direto, o faz para garantir sustentabilidade ao seu dizer.

Assim, percebemos não apenas o comprometimento de L1 com os demais locutores, bem como uma avaliação que proclama o posicionamento de L1 com relação às vozes dos outros locutores expressada através de estratégias e elementos modalizadores. Percebemos em todas as análises a ocorrência do arrazoadado por autoridade atuando em conjunto com a modalização.

Trazemos nas análises uma demonstração de como esses fenômenos ocorrem no gênero textual artigo científico.

4.1. Modalização Epistêmica

A modalização epistêmica asseverativa tem um caráter de natureza avaliativa acerca de um valor de verdade. Esse tipo de modalização se divide em asseverativa (permite ao falante considerar o valor do enunciado verdadeiro), quase-asseverativa (permite ao falante considerar o valor do enunciado verdadeiro) e habilitativa (expressa a capacidade de realização do conteúdo do enunciado).

4.1.1. Asseverativa

A2T19

Anísio Teixeira **afirmava** a necessidade de ensino em diversos níveis, como o ensino técnico e a formação do trabalhador para a indústria:

[...] a educação ajustada às condições culturais brasileiras se fará autêntica e verdadeira, identificando-se com o país e ajudando a melhor descobri-lo, para cooperar, como lhe cabe, na grande tarefa de construção da cultura brasileira (Teixeira, [1953] 1994, p. 73).

Neste exemplo, constatamos a presença de dois locutores distintos, o locutor responsável por todo o enunciado, L1, o antropólogo Dullo e o segundo locutor, L2, Teixeira, educador brasileiro que teve destaque no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – documento que se constituiu como o marco inaugural da educação no Brasil, na década de 1930, responsável pelo enunciado relatado em forma de citação direta.

Observamos nesse recorte, o uso do verbo *dicendi* “afirmava”, um modalizador epistêmico asseverativo, utilizado pelo locutor responsável pelo artigo, L1, o antropólogo Dullo para introduzir o argumento por autoridade, a voz de Teixeira – L2, trazida para o seu discurso como uma voz de credibilidade.

É possível perceber que L1 utiliza o verbo dicendi asseverativo “afirmava” para expressar a total certeza do dizer de L2. Ao trazer a voz de Anísio Teixeira como uma afirmativa, L1 apresenta o discurso alheio como algo que merece credibilidade, pois não se trata de uma afirmação qualquer, e sim de afirmação de um educador de grande representatividade para a educação do nosso país, uma autoridade constituída no assunto.

Assim, o discurso de L2, arrazoado por autoridade, é trazido por L1 com o uso do modalizador epistêmico asseverativo como uma veracidade, o que confirma o engajamento e comprometimento de L1 com L2 gerado pelo arrazoado por autoridade.

4.1.2. Modalização Epistêmica Quase-asseverativa

A5T3

Pois assim, sob o fundo de instituições que se transformam, **talvez fosse possível** apreender “a estrutura subjacente a formulações múltiplas, permanente através de uma sucessão de acontecimentos” (Lévi-Strauss, 2003, p.37).

Nesse trecho, observamos um desdobramento de locutores, demarcado pela presença de dois locutores, o locutor responsável pelo enunciado, Rodrigues (Historiador e Doutor em Filosofia) – L1 e o segundo locutor, Lévi-Strauss (grande antropólogo, fundador da antropologia estruturalista).

É possível observar identificar esse desdobramento através dos enunciados apresentados. Assim, o L1, o autor do artigo, Rodrigues é o responsável por todo o enunciado “Pois assim, sob o fundo de instituições que se transformam, **talvez fosse possível** apreender “a estrutura subjacente a formulações múltiplas, permanente através de uma sucessão de acontecimentos” (Lévi-Strauss, 2003, p.37)”. Já o L2, Lévi-Strauss, é o responsável pelas palavras que se encontram entre aspas e estão marcadas no discurso pela citação direta “a estrutura subjacente a formulações múltiplas, permanente através de uma sucessão de acontecimentos” (Lévi-Strauss, 2003, p.37)”.

A voz de L2 é apresentada por L1 como um arrazoado por autoridade, uma vez que L1 traz para o seu discurso a voz de uma autoridade constituída no assunto para lhe servir de argumento.

Observamos, através das marcas linguísticas “talvez” e “fosse possível”, um duplo uso dos modalizadores epistêmicos quase-asseverativos, em que L1 apresenta o conteúdo do enunciado de L2 como uma possibilidade, algo quase certo, quase verdadeiro.

Notamos que, ao fazer uso dessa modalidade L1 permite ao leitor realizar a leitura do enunciado de L2 como uma possibilidade, algo que não se tem a certeza absoluta. É possível perceber ainda que, com o uso dessas expressões linguísticas “talvez” e “fosse possível”, epistêmicas quase-asseverativas, não comprometem L1 com o discurso de L2. Nesse sentido, não acontece uma assimilação de L1, necessariamente, do discurso alheio, de L2, da autoridade.

4.2. Modalização avaliativa

“A modalização avaliativa é aquela em que um locutor expressa um juízo de valor a respeito do conteúdo do enunciado, excetuando-se de qualquer avaliação de caráter deontico ou epistêmico”(NASCIMENTO E SILVA, 2012, p. 88).

A2T5

Como **argumenta** Hannah Arendt,

Agostinho, porém, olha para sua vida não para glorificar a si mesmo, e sim a Deus. [...] No momento da conversão, Agostinho foi redimido por Deus – não o mundo todo, mas apenas ele, Agostinho, que se pôs diante de Deus. Foi redimido de sua vida pecaminosa, e o fato de se confessar para essa redenção resulta na glória de Deus e é um testemunho humano do poder divino. Nessa confissão, ele deve relembrar toda a sua vida anterior, e na verdade cada pedacinho de sua vida anterior, porque todos os momentos dessa vida foram pecaminosos e, portanto, cada um deles engrandece o poder e o milagre da redenção (2008, p. 55).

Neste recorte, existem dois locutores, L1, Bignotto (doutor em Filosofia), responsável por todo o enunciado e L2, Hannah Arendt (filósofa política de grande representatividade da Filosofia Moderna e autora da obra clássica *A Condição Humana*), responsável pelo enunciado relatado em estilo direto.

Sobre o trecho acima, podemos afirmar que expressão *dicendi* “argumenta”, modalizador avaliativo, foi utilizado, nesse recorte, para L1 apresentar o discurso de L2 como um argumento, e não como uma simples alusão ou dizer, indicando como esse discurso deve ser lido. Quando alguém argumenta, posiciona-se, defende uma tese com argumentos e pontos de vistas bem definidos.

Noutras palavras, L1 apresenta um julgamento avaliativo acerca do discurso de Arendt, evidenciando que o leitor o compreenda como uma ação argumentativa, como um posicionamento importante.

Assim, L1, Bignotto, apresenta o discurso alheio, a voz de L2, Arendt, como um arrazoado por autoridade, como um posicionamento de uma autoridade constituída no assunto que lhe serve de argumento para o seu discurso.

Notamos que, ao fazer uso da modalidade avaliativa, através do Termo “argumenta” L1 permite ao leitor realizar a leitura do enunciado de L2 como um argumento. Nesse sentido, L1, necessariamente, não se compromete com o discurso alheio, de L2, da autoridade. Mas se posiciona e ainda, indica ao leitor que compreenda o discurso de L2 como um argumento.

Em face das descrições realizadas no gênero artigo científico, podemos observar as ocorrências constantes da presença do arrazoado por autoridade atuando em parceria com o fenômeno da modalização.

A partir das nossas análises iniciais já foi possível observar que o arrazoado por autoridade acontece em concomitância com a modalização no gênero em estudo para validar o trabalho acadêmico cientificamente.

Considerações

Nas análises realizadas no *corpus*, até o presente momento, já foi possível identificar que o locutor responsável pelo discurso faz uso de várias estratégias argumentativas para orientar como o seu dizer deve ser lido por seus prováveis interlocutores. Notamos que a argumentação se faz presente no gênero artigo científico através de diferentes estratégias argumentativas, entre as quais recebem ênfase os modalizadores discursivos, atuando em conjunto com arrazoado por autoridade - polifonia de locutores.

Nessas análises encontramos evidências de trechos de arrazoado por autoridade introduzidos por temos modalizadores, dentre os quais encontramos os epistêmicos asseverativos, os epistêmicos quase-asseverativos e os avaliativos.

No trecho em que o arrazoado por autoridade foi introduzido pelo modalizador epistêmico asseverativo, L1 apresentou a voz alheia, de L2 através do verbo *dicendi* modalizador “afirmava” como forma de confirmação tanto do engajamento como do comprometimento de L1 com L2 gerado pelo arrazoado por autoridade.

Já no recorte que confirmou que o arrazoado por autoridade foi introduzido pelo modalizador epistêmico quase-asseverativo, L1 apresentou a voz de L2 através das expressões modalizadoras “talvez” e “fosse possível”, como uma possibilidade, algo quase certo, quase verdadeiro, algo que não se tem a certeza absoluta. Com o uso dessas expressões linguísticas “talvez” e “fosse possível”, L1 não se comprometeu com o discurso de L2, não acontecendo uma assimilação de L1, necessariamente, do discurso de L2, da autoridade. L1 reconhece L2 como uma autoridade constituída no assunto, mas não se responsabiliza totalmente pelo seu dizer.

No exemplo que evidenciou que o arrazoado por autoridade foi introduzido pelo modalizador avaliativo “argumenta” L1 apresenta um juízo de valor acerca do arrazoado por autoridade, portando-se favorável ao discurso apresentado por L2.

Vale ressaltar que essas estratégias anunciam a presença da argumentatividade no gênero do discurso em estudo. Assim, a realização do estudo descritivo sobre o funcionamento semântico-argumentativo dessas estratégias no gênero acadêmico artigo científico estão nos permitindo identificar quais são a(s) característica(s) específica(s) desse gênero, no que diz respeito, especificamente, à argumentatividade, como parte do estilo linguístico do gênero.

Ressalvamos que este estudo encontra-se em andamento e aberto a adesões de outras reflexões que o complementem e o aperfeiçoem.

Referências

- ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1994.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BIGNOTTO, N. O humanismo e a linguagem política do renascimento: o uso das *Pratiche* como fonte para o estudo do pensamento moderno. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. spe 02, p. 119-131, 2012.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do Português Falado. Vol. II: Níveis de Análise Linguística: 2ª Edição*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonia y argumentación: conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- DULLO, E. Paulo Freire, o testemunho e pedagogia católica: a ação histórica contra o fatalismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 50-60, 2014.
- ESPÍNDOLA, L. Retórica e argumentação. In: SILVA, M. J. ; ESPÍNDOLA, L. *Argumentação na língua: da pressuposição aos topoi*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.
- KOCH, I.G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez: 2002.
- MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2011.

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definições e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola, 2010.
- MOTTA-ROTH, D. ; HENDGES, G. R. . *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MURAD, A. T. Evangelização, mídia e marketing: provocações ao debate. *Horizonte*, v.12, n. 34, p. 402-434, 2014.
- NASCIMENTO, E. P. *Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística*. João Pessoa: Editora Universitária/EDUEPB, 2009.
- _____; SILVA, J. M. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. In: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). *A Argumentação na Redação Comercial e Oficial: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulaicos*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012.
- PENNA FILHO, P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. *Revista Brasileira de Políticas Internacionais*, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013.
- RODRIGUES, H. E. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n57, p. 165-185, 2009.
- XAVIER, A. C. *Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos*. Recife: Editora Rêspel, 2010.